

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CADERNOS EBAP

Nº 64

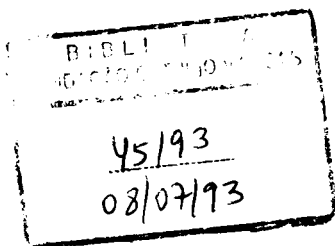
JUNHO DE 1993

DEBATE SOBRE ÉTICA E POLÍTICA

Luciano Zajdsznajder

Cadernos EBAP

Nº 64



17 9677
AC 92676
ID 59377

CADERNOS E B A P

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

DIRETOR DA EBAP

Armando S. Moreira da Cunha

CHEFE DO DEPTº DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES:

Fernando Guilherme Tenório

EDITOR RESPONSÁVEL

Deborah Moraes Zouain

COMITÊ EDITORIAL

Corpo docente da EBAP

EDITORAÇÃO:

Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Correspondência:

CADERNOS EBAP

Praia de Botafogo, 190, sala 508
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22.253-900

Telefones: (021) 551-1542 - Ramal 145
551-8051

Prezado Leitor,

Estamos atualizando o nosso cadastro para que você continue a receber gratuitamente os **CADERNOS EBAP** no endereço de sua preferência.

Em caso de alteração basta preencher o formulário abaixo e remeter para Praia de Botafogo, 190/508 - Cep.: 22.253-900 - Rio de Janeiro - RJ.

A EDITORA

✂ —Corte aqui— ✂

<div data-bbox="511 993 698 1258" data-label="Image"></div> <div data-bbox="56 1258 540 1666" data-label="Text"><p>CADERNOS EBAP</p><p>Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas</p><p>Departamento de Pesquisa e Publicações</p><p>Praia de Botafogo, 190, Sala 508</p><p>Botafogo - Rio de Janeiro - RJ</p><p>22 253 - 900</p></div>	<div data-bbox="881 1054 1267 1088" data-label="Section-Header"><p>CADASTRO: CADERNOS EBAP</p></div> <div data-bbox="728 1242 1409 1592" data-label="Text"><p>Nome:.....</p><p>Instituição:.....</p><p>Endereço:.....</p><p>Cidade:.....</p><p>País:.....</p><p>Código postal:.....</p></div> <div data-bbox="728 1746 1409 1807" data-label="Text"><p>Data:...../...../.....</p><p>Assinatura</p></div>
---	---

✂ —Corte aqui— ✂

I N D I C E

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO	01
2 - ETICA E POLITICA	02
3 - TEMATICA E DINÂMICA DOS TRABALHOS	03
4 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS	03

DEBATE SOBRE ÉTICA E POLÍTICA

1 - INTRODUÇÃO

O Debate sobre Ética e Política foi realizado na tarde do dia 22 de abril de 1992, na Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP da Fundação Getúlio Vargas. Os debates foram gravados e posteriormente transcritos. O que se apresenta aqui é a primeira rodada de apresentações. Os textos foram ligeiramente editorados, para deles retirar o tom mais coloquial, buscando-se ajustar as construções verbais da palavra falada. Evidentemente, algumas imprecisões estarão presentes, devido às dificuldades naturais da transcrição.

É importante lembrar que o Debate ocorreu alguns meses antes do início do processo de impedimento de Fernando Collor de Mello e das denúncias feitas por seu irmão. Já na época a preocupação com as questões éticas era de grande monta, mas ninguém podia realmente prever os rumos que o assunto tomaria e as conseqüências que hoje conhecemos.

Os debates contaram com os seguintes participantes:

Roberto Saturnino Braga - Ex-Prefeito do Rio de Janeiro e atual Vereador de sua Câmara.

Wagner Siqueira - Deputado Estadual do Rio de Janeiro.

Jorge Bittar - Vereador da Câmara do Rio de Janeiro.

José Assad - Ex-Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro e atual Diretor do Conselho Regional de Medicina - RJ.

Alberto Oliva - Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mário Guerreiro - Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

José Maria Gomez - Professor da Pontifícia Universidade Católica onde dirige o Instituto de Estudos Internacionais.

Os debates foram coordenados pelo Professor Luciano Zajdsznajder, da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

2 - ETICA E POLITICA

A escolha do tema como o primeiro da série do Ciclo de Debates sobre Etica Contemporânea procurava ressaltar a sua importância, em um contexto em que a atividade política e os políticos achavam-se em estado de grande descrédito.

Evidentemente, o tema tem uma longa história, mas, entre nós, a discussão das relações entre ética e política vinha sendo de muito pouca densidade ou mesmo inexistente. E importante observar que meses após o Debate, foi iniciado um movimento nacional denominado **"Pela Etica na Política"**.

Ao trazer para o debate políticos e professores universitários, teve-se em vista não apenas confrontar perspectivas, mas verificar em que medida as questões consideradas relevantes pelos primeiros correspondiam àquelas que os segundo tomavam como fundamentais. E foi também objetivo do encontro favorecer uma troca que alimentasse as reflexões de parte a parte.

O debate procurou, ainda, verificar como se apresentavam as reflexões sobre o tema por parte de um grupo seletivo de interlocutores. Isto refletia a preocupação com o quadro dessas reflexões na atualidade e com o seu possível desenvolvimento.

3 - TEMATICA E DINÂMICA DOS TRABALHOS

Os participantes receberam antes do encontro uma lista de tópicos, entre os quais fariam a escolha de um certo número de aspectos a serem abordados. Os tópicos sugeridos foram os seguintes:

Questões gerais:

- . Moral política brasileira na atualidade
- . Pressões morais e vida política brasileira
- . Mudanças previsíveis na moral política brasileira

Questões mais teórico-conceituais

- . Verdade e mentira na política
- . Ética e defesa dos interesses de grupos específicos
- . Promessas e política
- . A ética e a não-fidelidade partidária
- . Moralidade e imoralidade na captação de recursos
- . A ética no debate parlamentarismo-presidencialismo
- . É ética a profissionalização da política?

Foi proposta uma dinâmica segundo a qual, em primeiro lugar, fariam os políticos, para, em seguida, os professores apresentarem seus comentários.

4 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Como pode ser visto a seguir, o debate foi muito rico e profundo. Devido à sua extensão, publicamos apenas a primeira parte: as apresentações iniciais e os comentários.

Nem todos os tópicos da agenda proposta foram objeto de discussão, embora a lista de temas abordados tenha sido muito ampla. Citemos os principais:

1. Eticidade do estado e do mercado
2. Ética na democracia representativa e na democracia participativa
3. O descrédito em relação aos políticos
4. Ética e corporativismo nas relações políticas
5. A possível convergência entre ética e política
6. A reforma do Estado e a possibilitação da convergência entre ética e política
7. Vantagens e resultados da decisão de ser ético
8. A dimensão da política na vida social e a questão ética
9. Avaliação ética da autovisão do político como demiurgo com visão de engenharia social
10. A ética e a construção da trama político-institucional.

Esta listagem, evidentemente, não dá conta de todos os assuntos apresentados e debatidos. Serve apenas para indicar a direção dos interesses predominantes na discussão.

Ficou patente, ao fim dos debates, a importância da questão e foi sugerido que se realizassem novos debates com os mesmos participantes e outros a serem convidados, para que acompanhássemos o andamento das reflexões a respeito. Tal sugestão enquadra-se perfeitamente nos propósitos do Projeto Ética Pública e Ética Privada, do Programa de Estudos Estratégicos.

LUCIANO ZAJDSZNAJDER

- Nós estamos começando hoje o primeiro ciclo de debates sobre Ética Contemporânea, do Programa de Estudos Estratégicos da Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Esse programa que temos desenvolvido nos últimos três anos é voltado para as questões de desenvolvimento do pensamento estratégico brasileiro e também para estudos de estratégia nacional.

Dentro do âmbito dos problemas da estratégia nacional brasileira, temos identificado, e não estamos sós nisso, a importância da questão ética na nossa sociedade em vários planos. No ano passado, nós realizamos no mês de novembro um Seminário sobre Ética e Estratégia Nacional, quando cerca de dez professores vieram à Fundação Getúlio Vargas debater esses temas.

No ano corrente, nós continuamos desenvolvendo o trabalho e vamos realizar cinco seminários sobre Ética e diversos temas.

Hoje nós faremos um encontro sobre Ética e Política e na semana que vem sobre Ética e Negócios. No final de maio nós faremos um seminário sobre Ética e Psicanálise e ao longo do segundo semestre nós faremos outros seminários. O objetivo desses seminários é duplo: de um lado fomentar a discussão ética entre nós, aprofundando-a e reconhecendo determinados subtemas dentro de cada um deles que mereceriam aprofundamento. De outro lado, propiciar que o resultado desses encontros seja disseminado pela sociedade. Nesse sentido, nós pretendemos não somente gravar o encontro de hoje e os demais, como também transcrevê-los e publicá-los,

A metodologia ou a sistemática do encontro de hoje vai-se desenvolver da seguinte forma: em primeiro lugar, nós apresentamos aos participantes um conjunto de tópicos, a fim de que escolham quais serão desenvolvidos.

No desenvolvimento dos trabalhos, solicitamos que aqueles que estão mais envolvidos diretamente na prática política façam a exposição inicial. Então nós teremos pela ordem a apresentação do Senador Roberto Saturnino Braga, do Deputado Wagner Siqueira, do Dr. Jorge Bittar, do Dr. José Assad. A seguir, os professores Alberto Vieira, Mário Guerreiro e José Maria Gomez farão, também, as suas exposições analíticas em relação às

exposições daqueles voltados para a prática política e na continuidade das suas intervenções algumas considerações num plano mais abrangente.

Roberto Saturnino Braga - Bem, eu, mesmo sem saber de antemão que abriria este debate, procurei concentrar a minha intervenção inicial em torno de dois problemas que eu considero nucleares, por constituírem o cerne da questão moral interligada à prática política. Claro que essa questão geral é multiforme e multidireional. Os tópicos relacionados e apresentados cobrem grande parte desta extensão, mas não totalmente, o que dá uma idéia da sua abrangência. Refletindo melhor sobre o assunto, achei que deveria abrir a minha intervenção tocando em duas questões que são intimamente interligadas e que presidem toda a apreciação que se pode fazer no Brasil de nossos dias a respeito da ética na prática política. Eu quero me referir, sem diminuir a importância das questões culturais e religiosas, especificamente ao Brasil de hoje, que, se observado sob a questão moral, exhibe, a meu ver, dois problemas nucleares: de um lado, o desinteresse, a alienação, a descrença da sociedade em relação à esfera do que é público, numa exacerbação do individualismo e do crescimento forte da esfera do que é privado, como que operando uma substituição da ética de Hegel pela ética do Gerson, com todas as consequências sobre o comportamento moral das pessoas, especialmente na atividade pública. Relega-se a segundo plano ou a terceiro plano determinados aspectos que são típicos da moral na esfera do que é público, na esfera do que é político, para ser mais explícito. Não é que essa seja uma questão tipicamente brasileira. O fenômeno mais ou menos se desenvolve por todo o mundo e eu diria, e vou tocar até nesse assunto no final da minha intervenção, do mundo capitalista de um modo geral. Porém, vejo que o Brasil, exatamente como país que procurou, tentou aprofundar e exacerbar todas as características do capitalismo, sob esse ponto de vista, para vencer seu atraso econômico, ganhou uma relevância que, a meu juízo, ultrapassa o fenômeno que ocorre em todos os países. Então, de um lado, temos uma substituição das preocupações e dos comportamentos tipicamente coletivos ou da

esfera do público por comportamentos que são da esfera do privado, da luta de cada um que procura fazer a própria justiça em relação ao que ele considera justo. De outro lado, interligado por essa questão, sendo ao mesmo tempo causa e efeito dela, a enorme, a gigantesca desigualdade econômico-social que coloca o Brasil entre as nações mais deformadas do mundo.

E causa da primeira questão, daquele desinteresse pela esfera pública, o crescimento da descrença nas instituições públicas. Cada um pretende fazer a sua, entre aspas, a "sua" justiça, com as próprias mãos.

E a "sua" justiça é o sucesso financeiro, sem muita consideração sobre valores éticos, valores tradicionais da sociedade. Por esse lado, é causa daquele desinteresse, por outro lado, é efeito, na medida em que a justiça social ou é obra do Estado ou não existe. No livre jogo dos interesses privados, dos grupos de pressão que representam esses interesses, ganha sempre os que já têm mais, os mais fortes economicamente, agravando-se, por conseguinte, a desigualdade e a desconsideração pelos valores éticos no sentido da ética coletiva. Essa desigualdade, como eu disse, é em si um grave problema moral e tem que ser encarada também sob um ponto de vista moral, não apenas sob um ponto de vista político e econômico, porque ela tem conseqüências econômicas muito graves sobre o processo de desenvolvimento, e sobre o processo de consolidação da democracia.

Desde muito que a humanidade reconhece que a privação de uma vida digna é incompatível com a vida ética. Entre escravos, a ética não tinha qualquer sentido. Ademais, assim como a escravatura se tornou algo insuportável para a sensibilidade moral do homem moderno, como aliás a tortura, como as penas cruéis, como a própria pena de morte está se tornando, a desigualdade acentuada vai se tornando moralmente inaceitável, por si mesma, repelente a esta a sensibilidade moral do mundo moderno, da humanidade nos dias de hoje. Esta desigualdade é inaceitável sob o ponto de vista moral, sob o ponto de vista

ético, além das suas conseqüências perniciosas e gravíssimas, de natureza econômica e política. A existência dela no extremo, como é o caso brasileiro, é fator de desestruturação ética da sociedade. Não é possível estruturar eticamente uma sociedade com níveis de desigualdade econômica e social tão grandes como os que se observa no Brasil.

Pessoalmente eu não vejo solução de curto e médio prazo para esse problema. A democracia liberal de hoje, dos nossos dias, que é uma democracia de delegação, de representação, e que eu chamaria de uma democracia de resultados na medida em que as pessoas delegam as decisões aos seus representantes e querem cobrar os resultados (se os resultados são economicamente favoráveis à sua corporação está bom, se não são não está), gera uma ética de resultados que só faz aumentar o fosso entre o primeiro e os últimos estratos da sociedade na medida que os estratos de poder aquisitivo mais alto constituem grupos mais fortes e obtêm resultados mais substanciais. Só faz aumentar as desigualdades e aumentar a descrença sobre as instituições públicas, somando-se a toda uma onda privatizante do mundo, que reforça essa espiral de agravamento. Penso que só uma profunda reforma do Estado e a constituição, a formação de uma democracia mais participativa e menos democracia de resultados por delegação podem inverter esse movimento. Uma democracia que fosse reconstituidora da idéia do bem público, que não é a soma dos bens individuais e corporativos dos grupos de pressão, uma democracia propiciadora de uma ética mais próxima da visão hegeliana para não falar da visão da Grécia antiga. Quando isso poderá acontecer ? A previsão política está numa esfera na qual eu não arrisco ingressar, mas creio que a médio ou curto prazo não vejo qualquer sinal disso no horizonte.

Eu não vou entrar em qualquer dos outros tópicos que eu teria preparado a respeito da questão da mentira e das promessas. Deixo para a fase do debate, mas vou fazer um fecho sobre a questão da ética na consideração dos regimes políticos e econômicos. E quero fazer este fecho com uma colocação que para

mim é muito importante, mas que sendo muito importante para mim não creio que seja necessariamente o centro da polêmica que se trava hoje aqui e que está-se travando na sociedade brasileira. Eu quero me referir ao confronto entre capitalismo e socialismo na perspectiva da ética, porque eu sou um socialista e sou por motivos éticos, eminentemente, como acho que todos os socialistas em todo tempo em toda história em toda parte do mundo foram. Não creio que ninguém tenha sido socialista por motivos científicos, embora Marx tenha feito questão de fundar o socialismo científico. Não conheço ninguém que tenha aderido ao socialismo por acreditar nas leis do materialismo histórico. As pessoas são socialistas por uma questão ética, por uma visão do que seja justiça e justiça no seu sentido mais amplo. E eu acredito numa evolução ética da humanidade e que o sistema socialista, sendo um sistema eticamente mais evoluído, tenderá a ser um desaguadouro desta evolução. O capitalismo pode ter sido superior em termos de resultados econômicos, pelo menos nas fases mais avançadas do desenvolvimento, mas o fato é que o capitalismo transforma os valores da vida em valores de mercado mensurados por dinheiro e nesta transformação reduz necessariamente a dimensão ética em que as sociedades humanas sempre se fundaram. E esse aspecto é particularmente grave e pernicioso. Nos países atrasados a corrida capitalista tem que favorecer politicamente e artificialmente a acumulação do capital, porque desenvolvimento capitalista é acumulação de capital. E o Brasil que foi o campeão dessa corrida no Terceiro mundo, no Terceiro mundo não, no mundo inteiro, durante as quatro décadas, de 40 a 70, transformou-se, também, no campeão da concentração de renda, de riqueza e de injustiça social. E o resultado sobre o comportamento ético da sociedade não poderia ser diferente desse esgarçamento moral que estamos presenciando mas, como eu disse, não quero fazer deste ponto o centro da polêmica. Acredito que o socialismo virá a longo prazo, no Brasil e no mundo, mas creio que é possível corrigir muita coisa, dentro do tema que hoje estamos tratando aqui, antes que isso venha a acontecer.

Como sugestão aponto o caminho de uma democracia mais participativa e menos delegada, menos pluralista em termos de grupos de pressão representando interesses. Fico grato.

Wagner Siqueira - Muito bem, acho que a exposição do nosso Prefeito Saturnino Braga nos motivou fundamentalmente para o tema. O que a gente vê claramente é que o descrédito do político generalizou-se em nosso país. E parece que isso definitivamente não foi obra do acaso, de um processo de seleção natural, que mais interessaria talvez à anomia de Durkheim do que à seleção da espécie de Darwin, talvez a ambos. O sistema foi escolhendo os homens certos para que a população desenvolvesse a convicção de que todos têm seu preço, que a negociação é sinônimo de "negociata" e que sempre conduz ao privilégio, às mordomias, às benesses. Que é possível reduzir às cifras todos os valores humanos, tal como Gérson sempre quer levar vantagem em tudo. A ruptura desse sistema de degradação de valores, desse quadro de desesperanças parece-me que passa, e acho ser esta a proposta do nosso seminário, pela reconceitualização da ética política. Do contrário a noção, se continuarmos nessa linha, se subordinará de vez ao peso dos vícios e das deformações que esse sistema lentamente vem impregnando o conjunto das instituições políticas. Por exemplo: as campanhas orquestradas contra as instituições políticas, particularmente as casas legislativas e os partidos políticos. Parece-me que não são obras do acaso ou produto das circunstâncias, mas atendem a um objetivo claro e definido de desagregação institucional. E verdade e é forçoso reconhecer que, por outro lado, tanto os parlamentares quanto os partidos muitas vezes dão um "bocado" de razão para que essas campanhas frutifiquem e prosperem e como dão razão! Mas isso não está aí à toa. Quando se rompem os princípios éticos na economia e na política, nas relações entre o governo e o povo, também não se pode exigir a coerência desses princípios éticos apenas no campo das relações pessoais e da vida privada. Quando a coisa pública é corrompida, a vida privada acompanha. Quando a chamada elite prevarica, rouba, corrompe, a população se sente estimulada a

seguir o exemplo. E o processo começa a funcionar por efeito demonstração. E aí, compartilhando aqui com os companheiros uma constatação, no exercício do mandato parlamentar, a relação do político com a população acaba-se estabelecendo na base do corrupto e do corrompido: a questão da telha ou do saco de cimento ou, se for um eleitor de classe média, a prova do concurso para o filho. Aí vem um pedido do eleitor e amanhã é o político que pede o voto e em contrapartida ele concede alguma coisa. Portanto me parece que o político corrompe o eleitor mas o eleitor também corrompe o político, e esse processo me faz superar o falso conceito que pressupõe ser o povo brasileiro só e apenas vítima e não também agente, culpado e cúmplice de sua própria desgraça. Este, tem sido um falso preconceito particularmente das pessoas oriundas da esquerda, mas se nós olharmos o exemplo do povo vietnamita, do povo argelino, do povo chinês, do povo curdo, a gente vai ver que nem sempre o traço, o macunaíma, o traço do nosso caráter está presente. Se a gente não quiser o macunaíma a gente vai para o Policarpo Quaresma, acaba no Zé Carioca e vai por aí. Muitas poucas vezes o eleitor vai ao político para demandar uma questão coletiva, solidária, debater uma tese, reivindicar um posicionamento. O assunto parece coletivo, mas é corporativista, e aí é o que fala o Saturnino muito bem na questão da ética dos resultados, nas demandas que existem no Parlamento mas que são muitas vezes centradas no interesse, não no sentido do conjunto da sociedade, no sentido da cidadania, mas no sentido específico do corporativismo. As últimas Constituição Estadual e Federal são demonstrações muito concretas disso. E assim nesse país acaba-se confundindo política com "politicagem". A "politicagem", como indica a própria palavra, para uma formação pejorativa, é a contrafacção do conceito de política. A "politicagem" é o aleijão da política. E muita gente faz politicagem pensando que está fazendo política. A política é a política. Uma que pode e deve ser aberta a todos, é aquela que paira acima dos interesses particularistas, fisiológicos, ou meramente partidários, corporativistas, acima da cobiça do poder ou da vaidade e que se exercita nobremente num patamar mais elevado onde imperam a necessidade social e o

interesse coletivo. Como pode, a gente fica se perguntando, como pode o homem público, muitas das vezes comprometido com as aspirações da coletividade, trocar a independência de suas convicções pessoais pela subordinação das transações espúrias decorrentes da "politicagem". E aí a gente começa a ver uma questão que bate muito próximo na realidade política; a distinção entre a ética pessoal e a ética política. De um lado, o indivíduo que prega o amor ao próximo, até a religiosidade, mas que se transforma claramente num prostíbulo de aluguel de solidariedade e de consciência em sua ação enquanto político. E me parece que assim hoje é que se faz política no Brasil. Assim é que se envenena a consciência da população e que se desorienta a opinião pública.

Fico me perguntando o que nós podemos esperar desse país de nós, de nossos filhos, enquanto a corrupção e a ambição formarem a base do ser a razão de ser de nossa atividade política. Eu acho que o quadro se torna ainda mais grave, mais profundo, mais crítico, porque muitas vezes, e essa constatação eu fiz a partir deste mandato rápido de vereador por dois anos e apenas um ano como deputado estadual, porque nem sempre aqueles que empunham as bandeiras mais éticas, mais corretas, que fazem os melhores discursos, os discursos com que a gente concorda, são aqueles que, na prática, no cotidiano, no concreto, têm comportamento real em função daquele discurso que fazem. Há uma distância grande entre o dizer e o fazer, entre a palavra e o gesto, entre a intenção e a ação. Acabam sendo os fariseus dos templos, criticam os excessos e os privilégios, por exemplo, nas casas legislativas, os jetons, os carros oficiais, as mordomias, mas adoram gozar todas essas prerrogativas. Concluindo, portanto acho uma questão ética que passa muito na política hoje é a hipocrisia, e como a hipocrisia é vício da moda acaba virando virtude. A gente podia dar alguns exemplos aqui que são sutis, para concluir eu acho que essa questão do ministro Rezek, que saiu do Supremo e foi ser ministro e agora volta, é uma questão sob o ponto de vista ético, gravíssima. Estava dando o exemplo, antes, do Secretário de Segurança, Dr. Nilo Batista. A questão do

primo do presidente que está no Supremo são questões éticas que a população percebe e que deteriora o processo. Concluindo, a atitude ética do homem público, portanto, envolve um grande esforço de mostrar pelo seu exemplo a saída da crise e ele precisa se entregar permanentemente a esse verdadeiro trabalho de catequese. Por exemplo, sempre que, pelo que fez ou faz, associa honestidade pessoal à competência, contribui para vencer o falso fundamento, muito presente na realidade política brasileira, do "rouba mas faz" que precisa ser discutido. Só assim ele poderá convencer as pessoas de que o governo que rouba apenas enriquece ou faz fortuna.

Eu espero que esse vendaval de denúncias, que estão muito presentes hoje na mídia, seja efetivamente não um sinal irreparável da degradação ética do Estado brasileiro da sociedade brasileira mas que uma atitude firme, o primeiro passo e o indício forte de que a sociedade brasileira, o cidadão brasileiro, quer dar um basta a este processo de corrupção generalizado no nosso país. Obrigado.

Jorge Bittar - O tempo para essa primeira intervenção é relativamente curto para a vastidão que esse tema abrange e eu vou procurar então ser telegráfico em algumas questões que me parecem importantes.

A primeira coisa a constatar é que política e ética são duas faces da mesma moeda. Que a política como arte e ciência do exercício do poder pode-se articular perfeitamente com a ética, em torno de princípios e normas de comportamento humano. São dois sistemas que podem e devem convergir. A história da humanidade está pontilhada de exemplos de absolutos dissensos, absoluta divergência entre o sistema ético e o sistema político mas está marcada também por momentos importantes de convergência desses dois sistemas.

Normalmente, as limitações e observâncias dos princípios e normas éticas no exercício da política estão associados à

necessidade, que normalmente é chamado como razão de Estado. Essa é uma questão que se coloca sempre como uma questão imperiosa que força o político muitas vezes a atropelar os próprios princípios éticos.

Não se trata, no que diz respeito à razão do Estado, de negar que, em determinados momentos, há efetivamente razões de Estado articuladas com o agir político, com a práxis política. Trata-se, isto sim, de pensarmos a razão de Estado como uma exceção de uma prática política que esteja calcada em princípios e que defina e que planeje objetivos concretos em contraposição à razão de Estado colocada enquanto regra permanente que significa, na verdade, a marginalização de todos os princípios da ética, de todas as normas que envolvem o sistema ético. Nesse sentido, é interessante que se levante a questão, quando se trata de razão de Estado, a questão do próprio exercício da política, se devemos pensar a política como arte do enfrentamento, como algo que deriva do pensamento estratégico militar, ou a política como negociação, a política como interlocução sobre o conflito. Este é um tema que a meu ver está fortemente correlacionado com a visão acerca da articulação da ética e da política.

Evidentemente, isto nos remete à questão de avaliar o que vem a ser uma boa política. Se uma boa política é aquela que, a despeito de qualquer princípio ético, venha a produzir resultados concretos, como se referiu o Senador Roberto Saturnino, ou se a boa política é aquela que preservando os valores éticos, busca atingir os objetivos concretos, prescritos ou planejados. Mesmo que eventualmente os objetivos não sejam plenamente atingidos, preservando-se os princípios éticos, na verdade constrói-se um caminho que pode nos conduzir ao sucesso nos objetivos de nossa política. No Brasil dos anos recentes, nós tivemos os governos militares em que a ditadura, a ausência de democracia implica dizer que a razão de Estado prevaleceu. No governo Sarney, nós tivemos um arremedo de democracia. O Estado se manteve praticamente intocado, quer dizer o mesmo Estado do período da ditadura foi o Estado que operou na sua relação com a

sociedade, durante o Governo Sarney, ou seja, um Estado centralizado, intervencionista, sem qualquer tipo de transparência, e absolutamente avesso à participação da sociedade. E o resultado disso é o que nós sabemos: a constatação da corrupção, que, enfim, campeou de forma absurda, de um governo que, ao invés de respeitar o poder legislativo, governou através das atuais medidas provisórias, como é que chamava na época do Sarney ? Decretos-leis, que atualmente têm o nome mais simpático de medidas provisórias. O Governo Collor opera efetivamente uma reforma do Estado, não há a menor dúvida. O problema é a discussão concreta sobre o conteúdo dessa reforma do Estado, porque é uma reforma do Estado que a meu ver não democratiza esse Estado e essa é a questão que está posta quando se trata da política, quando se trata das razões do Estado, quando se trata da articulação entre Ética e Política.

A reforma do Estado proposta pelo Governo Collor significa uma redução da lógica política à lógica do mercado. Significa colocar as razões de Estado acima de qualquer coisa. Medidas provisórias, ausência de negociação, astúcia e oportunismo como questões importantes que nos remetem à prática da lei do Gerson no aparelho do Estado, o cinismo, a prática desenfreada da corrupção, essas são as marcas da reforma do Estado promovida pelo Governo Collor. Ou seja, mantém o Estado centralizado, sem qualquer tipo de transparência, sem qualquer acesso da sociedade às informações que lhe permitam fiscalizar e denunciar ou cobrar irregularidades no Estado, com uma postura absolutamente imperial, seja na relação com a sociedade, seja na relação com as demais esferas do poder.

Eu penso que só uma reforma democrática do Estado instaura uma perspectiva de convergência entre os sistemas político e ético. Isso implica reforma que opere a descentralização do aparelho do Estado, que pense uma nova relação entre o público e o privado, que tenha na transparência uma meta fundamental, que assegure uma efetiva regulação do mercado, que efetivamente signifique a criação de canais de

participação da sociedade, seja nos mecanismos de decisão do aparelho de Estado seja nos próprios mecanismos de gestão sobre a coisa pública e que implica, também, criação de uma burocracia estável, o que nos remete também à questão da necessidade da profissionalização dos servidores públicos.

No plano estritamente político, uma reforma séria do Estado Brasileiro deve significar uma reforma do sistema eleitoral para garantir a plena representação dos cidadãos brasileiros no Congresso Nacional. Hoje nós sabemos que os Estados do Norte e do Nordeste estão super-representados no Congresso Nacional. O próprio sistema eleitoral como um todo que nos remete à questão do voto proporcional, do voto distrital misto etc deve ser objeto de uma ampla discussão na sociedade. Mas a meu ver uma questão fundamental, no que diz respeito à democratização do aparelho do Estado, é a representação dos cidadãos no Congresso Nacional, ou seja, que cada cidadão deve corresponder a um voto no Congresso Nacional, ou seja, que o número de parlamentares da bancada federal correspondente a cada Estado deve ser efetivamente proporcional à população desse Estado. Uma outra reforma fundamental, no sistema político é a reforma do sistema partidário, que nos remete à questão da discussão sobre a fidelidade partidária e a representação dos partidos. Nós sabemos que hoje grande parte dos partidos constituídos legalmente são meras legendas de aluguel. Não são, na verdade, associações livres em que os associados se agregam em função de um programa político que vise alcançar o poder e exercê-lo. Na verdade, o que temos são legendas eleitorais para utilização do poder econômico. E sobre o poder econômico, tanto a legislação eleitoral quanto a legislação partidária devem pensar efetivamente a relação da esfera eleitoral, da esfera partidária, com o setor privado, com o poder econômico.

E, finalmente, uma discussão séria sobre o sistema de governo que, do meu ponto de vista, deva apontar para a mudança do sistema de governo brasileiro no sentido do parlamentarismo, entendendo um parlamentarismo com o pressuposto da reforma

eleitoral e reforma partidária a que eu fiz menção. Penso que uma reforma democrática do Estado que nos permita o exercício efetivo da democracia, que permita à sociedade cobrar a punição de todo ato que viole as normas éticas, que permita à sociedade efetivamente acompanhar as decisões políticas e se associar às práticas de gestão da coisa pública, essa reforma do Estado deva-se articular também, no prazo médio, com a questão da emancipação política e da cidadania. São duas questões absolutamente fundamentais. E a emancipação política e a cidadania estão profundamente ligadas às reformas sociais nesse país. E eu listaria a reforma agrária, a reforma do sistema educacional, notadamente o ensino básico no nosso país, o sistema de saúde, enfim, com políticas efetivas de distribuição de renda. Enfim, políticas que permitam, efetivamente, aos cidadãos o exercício pleno da cidadania. Penso que só com reformas sociais e com uma reforma de Estado profunda nós reuniremos as condições para que possa haver uma nova convivência entre sociedade e Estado, onde a ética seja profundamente levada em consideração.

José Assad - Esse tema, Ética e Política, é um tema realmente fascinante. O próprio Platão dizia que a ética obrigatoriamente desemboca na política. E não há qualquer atividade humana que seja tão íntima da ética do que o exercício político. Sendo a política a atividade que lidera todo o desenvolvimento dos povos, toda a vida das nações, a cada instante se torna fundamental o exercício da ética na decisão política. E uma coisa que vem preocupando muito é que a cada dia se erode o conceito da classe política. O Wagner coloca a diferença semântica entre política e "politicagem". Na realidade, essa erosão, no meu modo de entender, ela é bilateral, porque os representantes políticos representam, em última análise, a síntese da sociedade. Não é à toa que o Congresso Nacional tem homens de bem, tem traficantes de drogas, tem corruptos contumazes. A sociedade tem nos seus diferentes fragmentos a sua representação legislativa.

E aí algumas questões começam a se colocar porque a preocupação quanto à ética, e mais do que a ética, porque a ética fica silente numa moral decadente; outros valores fundamentais para a dignidade da vida, como a liberdade e a democracia, começam a se comprometer. Não raramente, cada um de nós já ouviu de alguém que no tempo da ditadura era melhor. Ali se sacrificara a liberdade, um valor inalienável da própria existência humana, "Eu prefiro viver na ditadura, sem ter direitos", como eu ouvi um motorista de táxi outro dia me dizer. "Eu prefiro ter os meus pés amarrados mas ter a minha boca mastigando, do que na situação em que eu me encontro hoje". E esse descrédito que a população vai assumindo é realmente muito preocupante. Nós observamos que essa situação toda tem, em contrapartida, uma exacerbação do fisiologismo político. O político que exerce a "politicagem", a bem da verdade, é uma experiência que eu tive. Essas pessoas no final acabam, num grande percentual, ocupando os mandatos legislativos. E o que me preocupa é que com o descrédito alguns homens de bem deixam de participar do processo político, sendo assumidos os cargos por pessoas inescrupulosas, "picaretas", exatamente porque nós chegamos ao absurdo de ouvir as pessoas dizerem: "eu não sou político", como um indivíduo pode viver numa sociedade que não é anônima, sendo o homem um ser gregário, um ser social viver sem o exercício da política. E com frequência, então, na categoria médica, é muito comum se dizer: "não, eu não sou político", como se ser político em alguma categoria representasse algum tipo de descrédito. Isso passa muito pela postura que alguns políticos vêm exercendo ao longo do tempo, acima de tudo, uma postura hedonística, "quero viver enquanto der", "eu vou mamar enquanto tiver leite". E uma variante da lei do Gerson, que aí está e que representa todo e qualquer despudor em relação a uma ética que nós todos defendemos e que nós todos temos obrigação de preservar. E aí a questão, quando a ética começa, através da principal atividade humana, porque não há atividade mais importante do que a atividade política. Os grandes projetos educacionais, os grandes planos da saúde, só vão se viabilizar se houver uma política séria voltada para esses objetivos. E quando isso não ocorre, a cidadania, a

vida, a democracia, começam a se comprometer, porque nós passamos por um torvelinho de corrupção, de desajuste, de desregramento, de imoderação, de intemperanças, e a população anônima passa a não acreditar em absolutamente nada. Nós vimos recentemente o vendaval de acusações contra ministros, um mise-en-scène perfeito e na realidade muda-se um ministério e deixa-se de discutir a gênese desse comportamento completamente inaceitável. Porque hoje, nós começamos a observar que é muito difícil o exercício de uma função pública graduada, a começar pelo salário de quem exerce essa função. E nós não podemos ser cabotinos mendazes, deixar de se discutir salário para quem exerce um cargo importante. Você pagar a um secretário um milhão de cruzeiros, para esse cidadão dedicar a vida toda, o horário integral lá, a primeira coisa que vão dizer "não, ele está ali para roubar", "ele está ali para levar vantagem não pode ser pelo salário". E isso no Governo Saturnino, não está aqui qualquer reclamação, porque já foi transitado e julgado, me batia, porque evidentemente a gente tem que ter uma postura, não se pode ter uma pretensão socialista isolada num regime capitalista. Eu sou um socialista convicto mas eu vivo num regime capitalista, onde todas as minhas despesas correm por conta da lei de mercado. E evidentemente, começa a acontecer também uma desconfiança do exercício profissional, do exercício da função pública. Eu queria colocar aqui umas coisas que eu acho muito importantes. A política, na realidade, ela tem que ser exercida com uma seriedade, porque é muito difícil se dicotomizar política da ética. Se nós fizermos uma inflexão, para o desenvolvimento tecnológico, para o desenvolvimento científico, uma conquista científica sai da ciência para a ciência aplicada, muitas das vezes pelas mãos dos políticos. E essa transformação, em exemplos práticos, estão aí. Porque se são os cientistas que descobrem, na realidade são os políticos que utilizam as descobertas para outros fins. Não foi o Einstein que, ao descobrir a fissão atômica, promoveu a bomba de Hiroshima e Nagasaky. Não foi, evidentemente, o físico que fez o Patriot, que determinou o bombardeio à população civil na Guerra do Golfo. Não se descobre

informática para se colocar milimetricamente uma bomba na cabeça de uma população civil desarmada.

Então se o político não tiver uma visão ética do exercício da política, a ciência pode ter um papel que representa um verdadeiro bumerangue contra a sociedade. E aí nós começamos a observar a dificuldade que se tem de quando você começa a discutir ética. Fui abordado outro dia por um senhor na rua que disse: "oh: o senhor tem escrito sobre ética, não é?", "o senhor não tem alguma coisa mais concreta para escrever, não?" Esse é o conceito. E aí eu começo a me lembrar o seguinte: quando você ouve "oh: fulano é muito ético para o exercício da política", eu ouvi muito isso com relação ao Prefeito Saturnino Braga, mas eu gostaria de lembrar aqui o pensamento do Samuel Beckett que diz o seguinte: tente de novo, fracasse de novo, fracasse melhor. E quando a ética for o tempero de todas as atividades humanas, seguramente nós não vamos precisar fracassar melhor, porque estaremos seguramente no escaninho da vitória, do sucesso. E sendo a ética e política, na realidade, duas ciências que co-participam para a harmonia social, e mais uma terceira, o direito, são três ciências fundamentais que visam a harmonia social. Essas três ciências terão que estar juntas, unidas, porque o único mecanismo que a humanidade tem da sua garantia de sobrevivência é quando o matiz ético estiver presente no pensamento de cada ser humano, na atitude de cada cidadão.

Alberto Oliva - Eu de alguma maneira me empenhei em anotar tudo que foi até aqui veiculado, mas reconheço que em dez minutos é impossível haver qualquer tipo de comentário, sobretudo com pretensões de verticalizar, porque foram tantas questões aqui aduzidas, que eu acho que se você concordar, Luciano, num primeiro momento, talvez a gente pudesse de forma sintética e, como disse o Bittar, telegráfica, colocar duas ou três questões e, num segundo momento, caso todos concordassem, poderíamos então nos centrar nas questões levantadas pelos nossos colegas. É impossível em dez minutos fazer qualquer tipo de comentário mais vertical sobre o número de questões suscitadas pelos colegas.

Se vocês concordarem eu queria, num segundo momento até me concentrar nas questões por vocês suscitadas. Num primeiro momento, dar alguma contribuição para a nossa discussão, não sei se vocês concordam. Eu tenho o máximo interesse em comentar o que foi dito, mas é praticamente impossível nesse pouco tempo.

Parece-me fundamental, discutindo a questão da ética, distinguir logo de saída, que a ética deve ser vista como um dever ser, a partir até um pouco da sugestão do Saturnino. Mas por que as pessoas, por exemplo, seguem normas gerais de justa conduta? Por que as pessoas se submetem ao endossar normas que são normalmente abstratas, universais, prospectivas? Por que as pessoas fazem isso? O que nós ganhamos sendo éticos? Esta é uma pergunta fundamental. A ética é alguma coisa que se impõe de forma imanente? Quer dizer, eu não posso deixar de ser ético quando eu me preocupo com o outro, quando me preocupo com a minha felicidade, com a felicidade daqueles que comigo convivem, o que, em última análise, se gera através do comportamento eticamente regulado. O que se obtém quando se é ético no comportamento? A ética se impõe por si só porque é uma norma que não tem como deixar de ser respeitada sob pena, entre aspas, de deixarmos de ser humanos, ou coisas do gênero, ou será que através da ética obtenho conseqüências positivas, não éticas, não éticas no sentido técnico? Esta é uma questão fundamental a ser discutida nesse seminário.

E aí eu vou transferir isto depois para a política.

Qual a extensão do político? Existe uma exacerbação do político, por exemplo? E o político um processo precário? Através do político nós podemos conseguir certas coisas previamente definidas sem exatamente correremos o risco de atingirmos o oposto do que visávamos?

Temos que nos colocar isso. Que tamanho deve ter o processo político, para que ele propicie a máxima escolha individual? e a máxima escolha a nível da interação entre os

indivíduos. Que tamanho deve ter esse processo? Essa é a pergunta que eu me coloco. Por exemplo, os colegas da política me perdoem mas, normalmente eu não vejo o político se colocar a seguinte questão: que limite deve ter o poder a ser exercido por qualquer grupo, independentemente da sua postura, da sua colocação ideológica. Eu vejo o político muito preocupado em dizer o seguinte: que há um grupo que tem condições de exercer o poder de forma superior aos demais, mas eu não vejo essa preocupação com os limites do poder que é uma coisa que incomoda muito, porque é exatamente essa problemática dos limites que vai, num segundo momento, me levar a uma discussão com o Prefeito Saturnino Braga, que é com relação ao indivíduo, ao valor do indivíduo, porque me interessa exatamente essa questão dos limites, como deve ser o poder limitado. Eu normalmente não acho que o fundamental seja saber que grupo exerce o poder, em nome do que o exerce, porque tudo isto pode ser objeto de esbulho, conforme vocês todos muito bem assinalaram aí.

Então por isso é que a minha preocupação fundamental é saber exatamente que limites deve ter o poder. Isso é a primeira questão que eu colocaria.

Em segundo lugar, pegando uma questão genérica e uma questão que tem muito a ver com o Brasil, o furor legisferandi, todo mundo, e isso é dito a todo instante, saiu uma matéria essa semana na revista Veja, como sobre os políticos de alguma maneira desdenham, entre outras, a sua clientela, e lá pelas tantas um político diz: "eu não estou a fim de atender telefonema de eleitor; eu estou aqui para fazer leis". As pessoas acham que a atividade política é uma atividade totalmente voltado para o fazer leis, leis essas que normalmente não têm caráter universal, não têm caráter prospectivo, são leis normalmente feitas para tal ou qual grupo em nome de tal ou qual interesse, o que é verdadeiramente anti-ético. As leis de que precisamos correspondem a um número muito reduzido, a um número diminuto. Esse furor legisferandi, achar que a todo instante precisamos fazer leis, leva ao descrédito da lei nesse país. As leis existem

em número elevadíssimo entre nós, e quase todas objeto de descrédito. Esse é outro aspecto fundamental. E aí o sujeito faz coisas, faz leis e faz ações no Brasil confundindo o público e o privado de uma maneira extremamente perniciosa também.

Um dia eu voltei para minha casa, durante anos eu não me dera conta disso, ao final, na garagem dessa Viação Cometa. Um belo dia eu estou passando por essa garagem e aparece um sinal vermelho e aí eu paro. Quem sai daquela garagem? um carro particular. Aí eu desci do carro falei - "você é um brincalhão, você está usando um sinal para usufruir de uma condição privilegiada".

Concluindo, acho que na questão da ética e da política o político tem que fazer uma espécie de avaliação crítica dos seus projetos. A questão, por exemplo, de achar que através da política nós podemos moldar o homem nesta ou naquela direção, através de grandiloquente projeto de engenharia social, o político que se acha o demiurgo diz: "vou fazer o mundo desta ou daquela maneira, pois se eu tenho a legislação em minhas mãos eu faço do homem isto ou aquilo, em consonância com tal projeto ou com tal desígnio". Isto me parece também altamente problemático porque você está fazendo experimentalismo com os indivíduos, com os agentes de uma determinada sociedade e o Brasil dos últimos tempos tem sofrido com projetos que aliam alta arrogância de engenharia social com alta incompetência de execução, de concepção, de implantação. Então, isto é uma coisa muito grave, porque temos também essa tendência, ao nível da atividade política, de achar que podemos praticamente tudo fazer, que é só termos uma legislação que se coloque a serviço de um determinado projeto, e que, a partir disso, nada nos é impossível alcançar, podemos alcançar até o paraíso. Isto aconteceu, recentemente, em março de 1991 neste país, vocês nunca viram projeto de engenharia social tão arrogante quanto aquele, e nós temos muito esta tendência. Eu gostaria de discutir essas coisas, como provocação inicial e depois tenho o máximo interesse, também, o maior gosto em debater as questões suscitadas pelos colegas, mas como o tempo

foi tão diminuto, eu só quis fazer essas três provocações que são exatamente os limites do poder, o problema do furor legisferandi, o problema da engenharia social. São coisas que têm muito a ver com a ética nos três campos.

Mário Guerreiro - Eu gostaria de fazer uma distinção inicial que eu acho que é um pressuposto importante. E que normalmente há uma confusão, que eu não faço mas que é muito freqüente, entre aquilo que a gente poderia chamar de tolerância e neutralidade. Bom, eu, evidentemente, defendo e acho importante defender o espírito de tolerância no sentido de aceitar qualquer tendência divergente que esteja disposto a debater. Mas não defendo de modo algum a idéia de uma neutralidade porque não acho que isso exista. Eu acho que inevitavelmente sempre nós veremos as coisas com os nossos olhos e através da visão do mundo que nós temos e devemos ser fiéis a ela. Neste sentido eu confesso que me senti surpreso porque me parece que eu tenho diante de mim mais ou menos uma unanimidade em torno do socialismo, ainda que isso seja tomado como uma coisa genérica. Enquanto que eu, particularmente, sou contra qualquer forma de socialismo uma vez que me coloco de um ponto de vista liberal. Bom, é preciso explicar que como liberal, não tenho nada a ver com PL, Partido Liberal, não tenho nada a ver com esse que é apregoado pelo Governo Federal, mas liberal no sentido amplo do termo, sem vinculações partidárias.

Bom, como o tempo é curto, eu gostaria de acentuar as convergências para posteriormente talvez apontar as divergências. Eu fiquei bastante surpreso, por exemplo, com a intervenção do Jorge Bittar. Ele começa falando sobre a questão de razão de Estado, uma coisa que para mim só pode ser vista como um monstrengo, porque toda vez que se apela para essa coisa chamada razão de Estado, se apela sempre para alguma coisa que o indivíduo, enfim, os componentes de uma nação são submetidos a um interesse coletivo que eu não sei muito bem o que é. Mas ele diz que apenas situações excepcionais justificam isso porque seriam uma separação, uma cisão da política com a ética. Isso eu condordo inteiramente embora não veja quais sejam as situações

excepcionais que justifiquem qualquer razão de Estado, mas concordo inteiramente com a indissociabilidade da política e da ética. Por algumas passagens sobre governos que nós tivemos, com as quais eu concordo inteiramente, mas me chamou particularmente a atenção a crítica feita ao Estado centralizado, à falta de transparência e, principalmente, no que diz respeito aos propósitos de reforma como, por exemplo, o incentivo à regulação de mercado. Isto me deixou realmente surpreso porque normalmente o mercado é visto como um grande monstro, e, à medida que é proposta uma efetiva regulação deste mercado, eu diria que isso é alguma coisa que faz parte do programa liberal justamente para evitar coisas tais como cartéis e outras distorções que desvirtuam totalmente o que seria um mercado operando dentro de regras e regras muito bem estabelecidas. Por outro lado, fala também numa burocracia estável. Eu acho fundamental uma burocracia estável. É algo que esse país nunca teve, sai o primeiro escalão, sai o segundo, o terceiro, até o quarto e o quinto. A profissionalização da administração pública é fundamental, também concordo inteiramente. Reforma do sistema eleitoral, voto distrital misto, bom, voto distrital misto eu diria que é uma proposta liberal, há países que adotam, como a Inglaterra, mas levando em consideração um país como o Brasil, a forma mista talvez seja mais oportuna. E, finalmente, uma reforma do sistema partidário e a mudança para o Parlamentarismo. Bom, eu não faço, em relação ao Parlamentarismo, embora seja a favor do Parlamentarismo, eu não acho que seja no momento uma questão fundamental para se discutir, se o sistema será presidencialista ou parlamentarista, já que nós temos exemplos de sistemas eficientes e até mesmo eticamente saudáveis tanto no sentido do parlamentarista quanto do presidencialista.

E há tantas nuances do parlamentarismo que, enfim, eu não creio que isso seja uma questão fundamental. Mas realmente eu me confesso surpreso de pelo menos essa alusão à efetiva regulação do mercado e ao voto distrital misto. A primeira, uma coisa fundamental do ponto de vista econômico e ao segunda do político.

De modo geral eu diria que concordo com todos no que diz respeito à aproximação da ética com a política, enfim, o estado de degradação em que nós nos encontramos não é apenas culpa da classe política; evidentemente, isso envolve tanto os eleitores como aqueles que são eleitos. É claro que isso é um problema muito mais amplo.

Eu acredito que a concordância é muito grande do ponto de vista, digamos, de uma análise geral da nossa situação, das relações gerais entre ética e política. Talvez as discordâncias apareçam no que diz respeito a algumas causas que são apontadas e no tocante também às possíveis soluções para os problemas. Mas eu acredito que quanto ao diagnóstico, de modo geral, eu fico surpreso realmente ao notar que há uma forte concordância numa série de pontos importantes que eu não vou entrar em detalhes porque seria realmente difícil de sintetizar, apesar de eu ter feito anotações.

Mas eu gostaria então de deixar essas questões de divergências quanto a causas e quanto a possíveis soluções, e acentuar esses pontos de concordância que eu acho um bom começo para um debate posterior.

José Maria Gomez - Dadas as inúmeras questões levantadas e a tirania do tempo eu acho que vou seguir um pouquinho a linha dos que me precederam, tentando levantar alguns pontos, tópicos que considero relevantes.

Certamente o tema recorrente, ética e política, promove uma quantidade de problemas extremamente complexos, com uma diversidade ainda mais complexa de abordagens e de soluções. Porque evidentemente em toda a história do pensamento político, clássico e fundamentalmente moderno, a gente pode perfeitamente perceber formas de colocar o problema e a solução, algumas invocando a compatibilidade, a convergência de identidade entre ética e política e, por outro lado, defendendo justamente a

posição contrária, isto é, que são incompatíveis, que são divergentes e, ainda mais, que são antagônicas.

De um modo outro, temos tendências, vertentes, tradições até do pensamento e também da prática política que se inspiram e se reconhecem em alguma forma mais próxima da ética, enquanto tal sujeitar em alguma medida a política à ética e, por outro lado, toda a vertente de realismo político, que justamente não faz mais que explicitar o que, "SOTOVOCE" ("por baixo do pano"), todo político sabe: que nem sempre pode ser ético no exercício ou no agir político.

Contrapõem-se o que seria o paradigma maquiavélico do realismo político com o mal, sendo o fundamento do poder e portanto da política, e o idealismo ou a presença mais Kantiana tratanto justamente de impor sobre a política algum tipo de sujeição dos princípios universais éticos.

Isto simplesmente para dizer que cada um de nós pode perfeitamente assumir, como foi dito aqui por todos, uma determinada postura. Mas eu acho que uma questão é postular isso, outra é saber perfeitamente que, na realidade, é difícilima essa coincidência. Aliás, o que historicamente mais se revela é a divergência e a incompatibilidade entre ética e política.

Ao mesmo tempo e aí é o ponto de partida que eu acho nos unifica a todos aqui, a urgência de introduzir um debate ético na própria política, justamente em tempo de crise, crise de todo tipo: política, econômica, social, de classe. Isto é, em alguma medida, uma desesperada necessidade de destituir de legitimidade social uma espécie de razão cínica que tomou conta não apenas, digamos, da classe política, como também da própria população.

Sem entrar nas causas que evidentemente são históricas, estruturais e certamente são também culturais, tampouco reivindicar uma política normativa, mas sabendo que existe uma enorme, permanente e constante dificuldade para realizar isto na

própria prática histórica. Portanto, por um lado, deixar de lado um realismo sem princípios, um pragmatismo sem convicção, que é o que prevalece, sem dúvida alguma e, diria alguém, maquiavélico preguiçoso e por outro lado, evitar o moralismo antipolítico, isto é, renunciar, recusar todo e qualquer exercício da ética negativa, achando que evidentemente o mundo de política é irrecuperável em alguma medida. O grande problema como sempre é como conseguir e conciliar este espécie de interface necessário entre ética e política, dependendo realmente do espaço do tempo e das resignificações culturais que cada sociedade na sua época faz. Nós estamos justamente num momento onde esta urgência do debate ético, digamos que não entra, não está visualizado, não está na agenda política. Nem dos políticos nem até da própria sociedade.

Eu queria simplesmente colocar que, efetivamente, entre esses códigos normativos, ética e política, há diferenças substantivas, especificidades que dizem respeito à relação o sujeito passivo e do sujeito ativo na relação política, isto é, daquele que produz as normas, a classe política, a decisão política, o decisor público e aquele que é o sujeito passivo da norma política, isto é, a quem está destinada. Sobre essa questão, normalmente as tendências, é claro que também aí há uma enorme diferenciação, existe uma tendência de quando se é destinatário da norma, a tendência é procurar o casamento entre a ética e a política. Justamente intentar que a política não se independentize da própria ética, quando se sabe que a realidade mostra isso, isto é, que o poder é profundamente imoral. O fundamento da imoralidade e da violência, da violência física mas também da violência simbólica, da mentira. Isto, desde os tempos que o poder existe enquanto tal no grupo humano. E a tendência, digamos, daquele que produz a norma, é tender a explicar e a analisar o divórcio que existe entre a ética e a política, os princípios e os resultados que se quer, entre o que é nosso objetivo político e os princípios que são reclamados como legítimos e universais. E a tendência, portanto, é até justificar esse divórcio, invocando as razões do realismo. Claro que as

versões aí são muitas.

Mas existe também uma diferença em função da estrutura formal da norma política e da norma ética. São diferentes. Não é por acaso que a norma política está fundada em última instância na coação. O poder político consegue essa norma porque justamente é ameaça coativa.

Pelo contrário, na mesma ética, não existe a coação, é a própria conformidade com os princípios de valor, também pelas preferências ou as obrigações. Em uma, há uma espécie de adesão interna e noutra é evitar a coerção do poder.

E, por último, é com relação aos próprios fins de uma norma política e de uma norma ética, que pode existir algum tipo de convergência.

E preciso dizer simplesmente que a ética e a política mantêm uma relação extremamente complexa e difícil porque são âmbitos diferentes, embora sejam normas de conduta para o comportamento humano. E esta especificação vem do lado da política, reivindicada pelo próprio político com sua racionalidade específica. Mas também, o próprio ético vai começar a indagar sobre a própria política. Há um mal específico da política, cujo fundamento, sem dúvida alguma, é a violência mas não é só a violência. Eu queria simplesmente salientar isto em termos muito genéricos para, simplesmente, salientar uma série de tópicos que foram levantados pelo, digamos assim, o discurso da política,

Simplesmente queria salientar algumas coisas, como a que o Saturnino levantou a propósito de essa espécie de concepção e prática de democracia de resultados, por delegação. Um pouco como justamente o que existe aí, um sistema político que está muito mais centrado nas consequências das ações sem perguntar se essas consequências estão articuladas com princípios morais ou éticos em geral, mas com os próprios objetivos que politicamente os

políticos salientam. Ele mencionou a questão de uma democracia menos delegativa e mais participativa e eu diria representativa também. E aí eu acho que tocamos num centro nevrálgico do sistema político existente, não apenas no Brasil mas em vários países latino-americanos. Um cientista político denominou de democracias delegativas, cujo paradigma seria Brasil, Argentina e Perú. Perú, até poucas semanas atrás, porque justamente o que se percebe é isso: salvadores da pátria, discursos onde praticamente o que ocorre é a recusa e a rejeição, ou o não assumir como estrategicamente fundamental em termos de prática, de concepções, de valores na própria política, a construção da trama institucional enquanto tal.

Se dermos importância às instituições, é lógico que é um tema que vocês mencionaram mas não centralizaram nem focalizaram, e me parece que o coração mesmo dessa questão, justamente em um período de construção democrática, de uma reconstrução de uma democracia mais do que frágil, constantemente ameaçada até pela própria gravidade da crise em que nos encontramos. Então eu acho que a questão da democracia delegativa diz respeito a certos traços específicos dos sistemas políticos tais como eles funcionam em nossas democracias reais, digamos assim, e um tema que permite ver justamente como existe muito mais delegação e portanto a possibilidade de romper o pacto político, a famosa ruptura das promessas eleitorais. Era por aí onde eu queria entrar inicialmente, justamente a promessa como o fundamento de pluralidade. Justamente a promessa é o outro lado da fragilidade e, digamos assim, da imprevisibilidade da ação política. A promessa é a capacidade política, por excelência, de comprometer-se de fazer um acordo e de ter testemunhas e justamente com a capacidade delegativa existente, sem mediação institucional, sem cobrança, sem responsabilidades políticas, permite que salvadores da pátria possam justamente fazer exatamente o contrário, no dia em que eles assumem o poder, no dia seguinte às eleições.

CURRICULUM VITAE**LUCIANO ZAJDSZNAJDER**

Professor das Disciplinas

- . Métodos do Pensamento
- . Pensamento Estratégico (EBAP/FGV)

Coordenador do Programa de Estudos Estratégicos (EBAP/FGV)

Autor dos livros:

- . Teoria e Prática de Negociação
- . A Travessia do Pós-Moderno

SERIE CADERNOS EBAP

01. FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO: ALTERNATIVAS EM DEBATE - 1980
Bianor Scelza Cavalcanti
02. EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS PARA A TEORIA DE ORGANIZAÇÃO - 1990
Anna Maria Campos
03. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: INFERÊNCIA SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL - 1980
Paulo Roberto Motta
04. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS - 1980
Luciano Zajdsznajder
05. A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR SAÚDE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA "GASTO PÚBLICO EM SAÚDE" - 1980
Equipe PROASA
06. EDUCAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RETROSPECTIVA E PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA E REFLEXÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO - 1980
Héctor Atilio Possiese
07. PROJETO RIO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO - 1981
Hector Atilio Possiese
08. A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NA TEORIA GERENCIAL: A PARTICIPAÇÃO INDIRETA - 1981
Paulo Roberto Motta

09. PARTICIPAÇÃO NA GERÊNCIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA -
1981
Paulo Roberto Motta
10. O RITUAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO: SEUS CONTEXTOS
DRAMATICOS E REPRESENTAÇÕES - 1981
Maria Eliana Labra
11. ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR DO SISTEMA
PREVIDENCIARIO BRASILEIRO ATRAVES DE SERVIÇOS
CONTRATADOS - 1981
Valéria de Souza
12. MINHA DIVIDA A LORD KEYNES - 1982
Alberto Guerreiro Ramos
13. UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO POLO NOROESTE - 1982
Antônio de Pádua Fraga
14. REPARTINDO TAREFAS E RESPONSABILIDADES NAS ORGANIZAÇÕES:
ALGUNS DILEMAS ENFRENTADOS PELA GERÊNCIA - 1982
Anna Maria Campos
15. AS DISFUNÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL EM
DECORRÊNCIA DA EXCESSIVA ÊNFASE NA CANA-DE-AÇÚCAR -
1982
Fátima Bayma de Oliveira
16. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE: A VISÃO DE UM
SANITARISTA - 1982
Franz Rulli Costa
17. O "JEITINHO" BRASILEIRO COMO UM RECURSO DE PODER - 1982
Clovis Abreu Vieira
Frederico Lustosa da Costa
Lázaro Oliveira Barbosa

18. FINSOCIAL: ANALISE DE UMA POLITICA GOVERNAMENTAL - 1983
Paulo Emílio Matos Martins
19. AVALIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS EM PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA SOCIAL - 1983
Paulo Roberto Motta
20. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA MEDICINA
NO BRASIL - 1983
Paulo Ricardo da Silva Maia
21. A CO-GESTÃO NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER: UMA
ANALISE ADMINISTRATIVA - 1983
Paulo Roberto Motta
22. O SINDICALISMO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS - 1983
Lucival José Siqueira Costa
23. PLANEJAMENTO, PESQUISA E APRENDIZAGEM - 1983
Luciano Zajdsznajder
24. A INFORMAÇÃO DO SETOR PÚBLICO COMO FORMA DE OBTENÇÃO
DE GANHOS SUBSTANCIAIS DE PRODUTIVIDADE - 1983
José Osmir Fiorelli
25. ANALISE DA ESTRUTURA FORMAL DAS ORGANIZAÇÕES:
CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS - 1983
Armando Bergamini de Abreu
26. ALGUNS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA AUTOMAÇÃO NO
SETOR BANCÁRIO - 1983
Samuel Levy
27. O PROGRAMA DE ESTUDOS PROSPECTIVOS SOBRE O IMPACTO SOCIAL
DA TECNOLOGIA. UMA PROPOSTA INSTITUCIONAL - 1983
Samuel Levy

28. PESQUISA: RELEVÂNCIA SOCIAL, COOPERAÇÃO E ABERTURA À APRENDIZAGEM - 1983
Anna Maria Campos
29. INVESTIGAÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL - 1984
Sonia Maria Fleury Teixeira
30. A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS DECISÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1984
Luis Carvalheira de Mendonça
31. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - RETROCESSO OU NOVOS RUMOS PARA A MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO? - 1984
Gleisi Heisler Neves
32. FAMERJ VERSUS BNH: UM ESTUDO DE CASO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS - 1985
Araci Machado
Silvia Porto
Sylvia Constant Vergara
33. A RELAÇÃO ESTADO E TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL - 1985
Carlos E. Rodriguez López
Carmem Lúcia L. Veloso de Castro
Maria Elide Bortoletto
34. NOTAS SOBRE A RELEVÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE UM NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL PARA A EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL - 1986
José Martins da Silva

35. ADMINISTRAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL
(RELATÓRIO FINAL) - 1987
Bianor Scelza Cavalcanti
Jorge Vianna Monteiro
José Cezar Castanhar
36. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA
O ESTADO LATINO-AMERICANO - 1987
Paulo Roberto Motta
37. RAZÃO E INTUIÇÃO: RECUPERANDO O ILOGICO NA TEORIA DA
DECISÃO GERENCIAL
JUNHO, 1988
Paulo Roberto Motta
38. PARTICIPAÇÃO DIRETA DO EMPREGADO NO PROCESSO DECISÓRIO
E NÍVEL DE PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES
JULHO, 1988
Ethel Valéria de Oliveira Raiser
39. IMPACTOS DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA CONCESSÃO
DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
OUTUBRO, 1988
Maria Eliana Labra
Lenaura de Vasconcellos C. Lobato
40. EM BUSCA DE UM MODELO INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOVEMBRO, 1988
José Eduardo Coelho Messeder
41. AS ORGANIZAÇÕES E O FUTURO: OS ELEMENTOS UTOPICOS -
DEZEMBRO, 1988
Gabriel Antonio Atalia

42. IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE AUTOGESTÃO DA PERESTROIKA DE GORBACHEV
ABRIL, 1989
Eneida Santos Correia Lima
43. DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA DE ESTADO E SOCIEDADE
MAIO, 1989
Rezilda Rodrigues Oliveira
Ricardina Maria Menezes dos Santos
44. GERÊNCIA DE IDEIAS NOVAS - COMO DESPERTAR A CRIATIVIDADE E VENCER A IMPOTÊNCIA DO DESEJO INOVACIONAL
JUNHO, 1989
Paulo Roberto Motta
45. RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: MODELO GERENCIAL NA ÁREA DO BEM-ESTAR EM SÃO PAULO - OUTUBRO, 1989
Maria Cecília Pimentel Bortoletto
46. A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A DÉCADA DE 90
NOVEMBRO, 1989
Gilnei Mourão Teixeira
José Eduardo Coelho Messeder
47. ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO-ADMINISTRATIVO DO SETOR SIDERÚRGICO
SETEMBRO, 1989
Istvan Karoly Kasznar
48. ANÁLISE DE POLÍTICA URBANA - O CASO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO, 1989
Carlos A. de Souza Ribeiro
Heliana Marinho da Silva
Mercy Escalante Ludeña
Silvano José da Silva
49. GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA: IMPLICAÇÕES PARA A

FORMULAÇÃO DE TEORIAS. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E
ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MARÇO, 1990
Bianor Scelza Cavalcanti

50. ADMINISTRANDO A SOBREVIVÊNCIA: INDICADORES DE DECLÍNIO
E ESTRATÉGIAS DE REVITALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL EM
AMBIENTE ADVERSO
ABRIL, 1990
Hermano R. Thiry-Cherques

51. O BRASIL VERSUS A UNIVERSIDADE
MAIO, 1990
Paulo Emílio Matos Martins

52. TIPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - JUNHO, 1990
Sylvia Constant Vergara

53. MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO
JULHO, 1990
Bianor Scelza Cavalcanti
Frederico José Lustosa da Costa

54. 100 DIAS DO GOVERNO COLLOR: AVALIAÇÃO DA REFORMA
ADMINISTRATIVA
AGOSTO, 1990
José Cezar Castanhar

55. IMPACTO DAS NOVAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA IMAGEM DO
GOVERNO
SETEMBRO, 1990
Rossi Augusta Alves Corrêa
Ana Maria B. Goffi Marquesini

56. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES POR QUE TEM PASSADO A
ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL BRASILEIRA, A PARTIR DA
DÉCADA DE 30, EM CONSEQUÊNCIA DO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS PELO

PAIS

OUTUBRO, 1990

Angela Maria Carneiro de Carvalho

57. A GUERRA SEM FIM: SOBRE A PRODUTIVIDADE ADMINISTRATIVA -
SETEMBRO, 1991

Hermano Roberto Thiry-Cherques

58. METODOS DO PENSAMENTO OU CLAREZA DO PENSAMENTO -
FEVEREIRO, 1992

Luciano Zajdsznajder

59. A POLITICA INDUSTRIAL E DE COMERCIO EXTERIOR DO GOVERNO
COLLOR

JULHO, 1992.

Célia Maria Franco dos Santos

Cláudio Roberto Marques Gurgel

Flávio Murilo Oliveira Gouvêa

Renato Cesar Möller

Sonia Elizabeth G. Fernández

60. A ORDENAÇÃO DO EFÊMERO

Preceitos Elementares em Projetos Culturais

OUTUBRO, 1992

Hermano Roberto Thiry-Cherques

61. SUMARIO FUNDAMENTAL DE CONTROLE CONTABIL, ECONÔMICO,
FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E JURIDICO DE PROJETOS PUBLICOS
MARÇO, 1993

Istvan Karoly Kasznar

62. SOBRE A INTUIÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO
MARÇO, 1993

Sylvia Constant Vergara

63. A DIMENSÃO INTERORGANIZACIONAL E O EFEITO REDE NA CONSTRUÇÃO
DO MERCOSUL

MAIO, 1993

Paulo César Negreiros de Figueiredo

000059377



